

# **O PAPEL DAS HUMANIDADES NO CONTEXTO TECNOLÓGICO**

*Franklin Leopoldo e Silva*

Este tema, amplo e diversificado, constitui uma oportunidade para abordar vários aspectos da contextualização histórica da produção do saber e do modo de inserção da produção cultural na sociedade.

Poderíamos considerar, a princípio, duas maneiras de focalizar o assunto:

- 1) Num primeiro momento, podemos partir da concepção da Filosofia, no interior das Humanidades, como modalidade cultural que aborda sistematicamente e criticamente todos os aspectos da experiência humana. Sendo a Ciência um desses aspectos, e sendo a técnica um prolongamento da Ciência que realiza a vocação originária do saber como instrumento de dominação, a Filosofia, refletindo sobre a articulação entre Ciência e técnica a partir da relação *essencial* que une estes dois elementos, seria a instância de constituição crítica de uma visão objetiva da conjuntura histórica em que se realiza de forma plena esta característica distintiva da nossa civilização. Seria, portanto, a tarefa da Filosofia indagar por que o homem acredita que a realização do seu destino histórico estaria estreitamente ligada à consumação da supremacia tecnológica sobre a natureza e à instauração de condições técnicas de controle social.
- 2) O segundo aspecto sob o qual a questão pode ser abordada, diz respeito à fase propedêutica da inserção sócio-profissional dos indivíduos, que constitui o sistema educativo como um todo e, mais particularmente, no que nos diz respeito, à Educação universitária. Aqui, trata-se de considerar a assimilação crítica das condições preparatórias para o exercício da reflexão nos moldes em que foi descrita acima, e que pode ser vista pelo menos como uma das possibilidades do trabalho filosófico. É claro que as duas coisas estão estreitamente relacionadas, mas vamos abordar, aqui, preferencialmente, o segundo aspecto, já que ele tem mais a ver com a formação educacional e com a própria idéia de Universidade. Diria, também, que o primeiro aspecto mencionado depende do segundo, o que constitui mais uma razão para nos determos no segundo.

Tudo o que gostaríamos de sugerir a respeito da questão, baseia-se na tentativa de responder a duas perguntas:

- 1) De que modo a tecnologia, vista como desdobramento essencial da vocação dominadora da Ciência, afeta a articulação entre as diferentes áreas do conhecimento e, principalmente, repercute nas áreas não-diretamente ligadas à tecnologia? Isto significa considerar a maneira pela qual o sistema universitário identifica no seu interior as chamadas Humanidades e lhes confere, a partir desta identificação, um certo lugar no sistema, isto é, atribui-lhes um certo valor?
- 2) Por que se pode dizer que a crise do ensino universitário tem como uma de suas causas, e não a menos importante, o roubo da identidade da Filosofia e das Humanidades enquanto núcleo crítico e articulador das diversas áreas do conhecimento, a partir de suas diferenças?

Quanto à primeira pergunta, cabe ressaltar, em primeiro lugar, que não se trata apenas de reconhecer o prestígio histórico da técnica e da Ciência que a produz. A supremacia da técnica não é um acaso. Ela se deve ao próprio movimento constitutivo do saber científico, que vincula a realização histórica da Ciência ao triunfo da tecnologia como seu produto mais valorizado. A relação entre Ciência e técnica não precisa ser imediata e efetivamente concreta em todos os momentos, mas ainda quando mediada por diversos fatores não deixa de ser a característica mais própria do desenvolvimento científico. Ou seja, é através da técnica que a Ciência afirma sua vocação originária, a dominação, a submissão da natureza segundo o ideal formulado, já no final do Renascimento, por Bacon e plenamente fundamentado pelo próprio fundador do pensamento moderno, Descartes. Ora, esta utilidade civilizatória da Ciência confere-lhe um certo lugar e lhe assinala um certo valor. O lugar que a Ciência ocupa é o de pólo central e paradigma irradiador das diretrizes que definem os parâmetros da produção de saber. O valor atribuído à Ciência corresponde à visão da produção científica como razão de ser da atividade intelectual. A partir daí, ficam estabelecidas, ainda que implicitamente, os critérios para a avaliação da produção do saber em toda a sua diversificação. Quando, portanto, as diversas áreas do saber encontram-se integradas num sistema, a tendência natural é pensar o sistema em função do seu núcleo paradigmático e procurar constituir um centro diretor do sistema que gere sua identidade a partir das características

de produção de saber nas áreas que as determinações históricas da modernidade valorizam como produtos insígnies da atividade intelectual. Como o sistema tende a encontrar sua unidade a partir do modo de produção desses produtos intelectuais, ficam a partir daí, configurados por correspondência ou oposição, o lugar e o valor das áreas de conhecimento não-produtoras da tecnologia, nem direta nem indiretamente. Sendo assim, o sistema encorajará fatalmente a colocação da Filosofia e das Humanidades como apêndices da estrutura, das quais se espera um relativo grau de integração ao sistema, o que só poderá ocorrer na medida em que essas formas de produção de saber venham a se adequar ao modo de produção do saber através do qual o sistema se identifica: a cientificidade que gera a tecnologia. Trata-se de uma imposição histórica que as diferentes conjunturas acentuam mais ou menos. Desse ponto de vista, seria equivocado pensar que a maior ou menor liberdade que a Filosofia e as Humanidades desfrutam para desenvolver o saber que lhes é próprio representam mudanças essenciais na concepção estrutural do sistema institucional do saber. Ainda que a Filosofia e as Humanidades desfrutassem dos mesmos privilégios institucionais da atividade científico-tecnológica, isto não representaria senão uma característica acidental em relação ao espírito da civilização moderna. O caráter da imposição histórica que cria esta diferença e hierarquização é tal que repercute de maneira intensa nas áreas de Filosofia e de Humanidades, a ponto de nos situarmos atualmente no limiar da perda da identidade dessas formas específicas de produção do saber.

Isto nos leva à segunda pergunta formulada. Talvez seja uma afirmação apenas retórica e não muito consistente com o que vem sendo desenvolvido aqui, dizer que processa-se um roubo da identidade das áreas de conhecimento vinculadas à Filosofia e às Humanidades. Talvez seja preciso corrigir esta afirmação, restabelecendo a origem do imperialismo epistemológico que resultou neste fato, já mencionado, da busca da identidade do sistema numa univocidade que vincula o valor do conhecimento à relação que ele mantém com a produção da técnica. A orientação histórica da época moderna resultou na compartimentação do saber e, mais recentemente, na especialização exacerbada. Mesmo reconhecendo a necessidade histórica deste desenvolvimento, não podemos deixar de ver, numa compreensão

equivocada deste processo, a gênese da concepção que faz de certas áreas apêndices ou sobrevivências da tradição, incômodos anacronismos. O que possibilita esta concepção é o esquecimento, que poderia ser remediado por uma visão mais adequada da história do pensamento, de que a compartimentação das ciências não é fruto de um exame crítico de sua unidade originária, mas uma necessidade imposta metodologicamente, a partir de necessidades epistemológicas da divisão do trabalho científico, por via da constituição de campos diferenciados de objetividade. Tanto é assim que, em geral, o aprofundamento um pouco maior de qualquer desses campos leva à necessidade, ao menos teórica, da interdisciplinariedade, que não é senão uma volta parcial à unidade originária, volta esta indicativa da vinculação objetiva dos diversos campos de estudo. Se a ausência de interdisciplinariedade é vista como sintoma de crise no sistema de ensino, por exemplo, é porque a articulação dos saberes especializados se impõe, ao menos em princípio, a partir das próprias exigências de maior penetração em cada objeto particularmente constituído.

Assim se vê que, ao menos em parte, a recusa da identidade de áreas como Filosofia, por exemplo, passa por uma visão superficial da identidade das demais áreas do conhecimento. É por não se perceber bem o processo histórico de identificação progressiva das áreas científicas, o significado da sua diversidade, que não se compreende adequadamente as diferenças e as relações que elas mantêm com a Filosofia. A partir daí, não se poderia esperar mesmo que se constituísse uma visão coerente e fundamentada da articulação das áreas do saber entre si e particularmente da articulação da Filosofia com a Ciência e a tecnologia no âmbito da formação universitária. A conseqüência mais extrema de tais equívocos é relacionar a tecnologia e a Filosofia como o moderno e o arcaico, fazendo com que o caráter "arcaico" da Filosofia e das Humanidades passe a ser visto como um obstáculo à integração modernizadora da Universidade. A acusação implícita de arcaísmo e desatualização feita à Filosofia e às Humanidades tem graves conseqüências para a questão da identidade próprias dessas áreas e para a visão do papel que a elas deve ser atribuído no âmbito da Universidade e mesmo da sociedade.

Entretanto, não devemos apressadamente refutar a acusação de arcaísmo. Devemos antes examinar o que ela nos sugere em termos de uma identificação enquanto área produtora de saber e em termos

de função que tais áreas têm a desempenhar. Há pelo menos um sentido em que a identidade do nosso trabalho passa por algo que bem poderia ser qualificado de perspectiva arcaizante. Creio que não seria fugir à verdade dizer que o trabalho que se desenvolve em Filosofia, em Literatura, em História, de um lado, e o trabalho levado a efeito em áreas de ciências exatas e naturais, de outro, mantêm com a tradição relações bem diferentes. O cientista não necessita dominar profundamente a tradição histórica da Ciência para produzir o saber específico que se insere na linha relativamente contínua de progresso científico. A continuidade progressiva da Ciência não está condicionada à avaliação crítica da tradição, porque na Ciência existe a figura da *superação* das soluções tradicionais e da resolução de *novos problemas*. As descobertas científicas não estão, neste sentido, essencialmente condicionadas ao conhecimento profundo da história da Ciência, mas ao conhecimento do *estado* em que se encontra *presentemente* uma dada questão, para que a partir daí se possa avançar na direção do novo. Já em Filosofia, no estudo da Literatura e na própria História, creio ser possível afirmar que o trabalho se faz dentro de uma continuidade muito maior com a tradição. Para falar de Filosofia especificamente, podemos dizer que aí a tradição é *matéria* de pesquisa, já que boa parte do trabalho filosófico consiste na elucidação permanente da tradição. Uma vez que não há propriamente progresso de uma doutrina filosófica para outra, o conhecimento da tradição não pode se guiar por parâmetros seletivos ou por critérios de relevância teórica tomados a partir do presente. Não há neste caso, nenhuma instância análoga à base factual que possa dirigir uma escolha de teorias em função da compatibilidade com o real, tendo em vista o seu conhecimento mais abrangente e aprofundado. Isto não quer dizer que a Filosofia nada tenha a ver com a realidade: significa apenas que os critérios de articulação entre a teoria e a realidade, a constituição do sentido do real em suas várias instâncias são diferentes sem que por isto haja superação de uma teoria por outra. São apenas diferentes formas de produção de um saber do mesmo gênero. O contato com a tradição é, pois, neste caso, constitutivo do trabalho filosófico e esta diversidade de interpretações da realidade e de atribuições de sentido ao mundo é também, acho que se pode dizer, característica da produção na Literatura e nas Artes. O trabalho, portanto, alimenta-se diretamente da tradição e não pode haver trabalho

reflexivo e crítico que não se constitua como experiência integradora do passado e do presente, seja qual for a utilização valorativa que se faça do passado. Se, portanto, a Filosofia e as Humanidades trabalham voltadas para o passado, esta característica deve ser vista como constituindo essencialmente parte ponderável da identidade deste trabalho crítico-integrador da experiência cultural. A maneira pela qual a Filosofia visa a experiência cultural, política, estética, social, moral, e os pontos que ela aborda nesta experiência diversificada são inseparáveis da consideração da tradição.

Creio que se pode tirar disto uma lição no que concerne à visão do papel da Filosofia e das Humanidades num contexto cultural em que a Ciência e a tecnologia possuem supremacia. O passado é a mediação entre nós e nossas origens. A tradição não é o domínio do superado e do morto, mas o domínio que articula a atualidade com as razões históricas que a explicam. A partir daí, deve ser possível relativizar as duas afirmações que se inferem da interpretação do caráter arcaizante da Filosofia e do caráter moderno da Ciência produtora de tecnologia. As duas afirmações poderiam ser: a Ciência e a tecnologia, através do progresso que lhes é característico, projetam-se no futuro; a Filosofia e as Humanidades, através do modo como se vinculam à tradição, carregam o passado como lastro que equilibra o saber que produzem. Todo o problema está, na verdade, na interpretação que se dá a este lastro de tradição. É freqüente conferir valor negativo a este aspecto vinculando o liame com a tradição a um quisto anacrônico no sistema da cultura e do ensino. Certamente é esta uma visão equivocada que confunde atualidade e imediatismo. As duas coisas podem e devem, no entanto, ser separadas. Mesmo a Ciência produtora de tecnologia não possui relação estritamente imediata com a transformação da realidade natural, o que no entanto constitui sua meta essencial. A questão da identidade da Filosofia e das Humanidades enquanto áreas de conhecimento inseridas no sistema global da cultura e do ensino inclui seguramente o fato de que é precisamente a reflexão integradora tradição/presente que capacita a atividade intelectual que aí se desenvolve para avaliar o presente através de uma visão da gênese constitutiva dos aspectos da experiência humana que devem ser teoricamente apreendidos. Portanto, o pretendido arcaísmo da Filosofia e das Humanidades constitui, na verdade, condição para o desempenho crítico da atividade intelectual. Impor-

ta observar que o desempenho crítico da atividade intelectual, incidindo sobre vários aspectos da experiência humana, incide naturalmente sobre a questão, fundamental em nossos dias, da articulação Ciência/tecnologia/sociedade. Não há dúvida de que a Universidade é o lugar privilegiado para se pensar esta articulação e isto deveria começar pela vivência intelectual da articulação ciências/Humanidades no interior da própria Universidade. Esta articulação não deveria significar apenas uma interação interdisciplinar através da qual, por exemplo, a Filosofia do conhecimento explicitasse lógica e epistemologicamente as condições do conhecimento científico, a Sociologia se ocupasse igualmente dessas condições e dos resultados da atividade científica no âmbito teórico das relações entre Ciência e sociedade. A focalização desses pontos específicos, embora tarefa relevante e enriquecedora, não esgota a necessidade em termos de articulação Ciência/tecnologia/sociedade. Seria preciso que a totalidade da atividade intelectual que se desenvolve na Universidade estivesse permeada por uma reflexão crítica que integrasse numa experiência do pensamento totalizador a consideração da gênese histórico-constitutiva da Teoria em sentido amplo e a avaliação das finalidades inscritas no próprio cerne da Teoria enquanto produção de saber voltado para a dominação técnica da realidade.

No entanto, a supremacia histórica da tecnologia científica provoca a *recusa* do lugar e da função cultural da Filosofia e das Humanidades. Isto significa que a Filosofia, por exemplo, é vista como um elemento de um conjunto fragmentado caracterizado pela compartimentação e pela especialização crescente. Ora, uma visão histórica da constituição do saber positivo mostra que o desmembramento das ciências, conquanto tenha resultado na independência recíproca das várias áreas científicas, não comporta a Filosofia como uma área "constituída" pela compartimentação moderna do saber. A Filosofia é exatamente o saber que guarda contato com a origem, ou seja, com uma totalidade perdida. Este contato não significa entretanto que a Filosofia represente a sobrevivência artificial de uma forma de saber incompatível com as características modernas da produção teórica. O contato com a origem significa a possibilidade, sempre presente, de pensar a atualidade em função das razões históricas que a constituíram, ou seja, de compreender a gênese da atualidade. Na verdade, estamos diante de duas alternativas: de um lado, supondo-se que a



Universidade é a integração institucional daquilo que está epistemologicamente fragmentado, ou a Universidade é apenas uma idéia que sobreviveu a mudanças reais, ou, se Universidade tem algum sentido, este certamente passa pela articulação crítica do saber fragmentado. Como ninguém pensaria em reviver a universalidade real do saber, tal como existia antes do Renascimento, o significado de uma Universidade atual passa seguramente pela possibilidade de articular crítica e reflexivamente o saber produzido nas várias áreas e isto só pode ser feito a partir do parâmetro originário que fornece, com a visão genética da transformação da unidade em pluralidade diversificada, as condições de reconstituir o sentido da experiência humana em termos de conhecimento. Portanto, a Filosofia e as Humanidades não representam, dentro da Universidade, a memória estática do passado, o museu das idéias. Representam exatamente a única possibilidade atual de universalidade da Universidade: não mais a universalidade real do saber, mas a integração crítico-reflexiva da diversificação através da elucidação permanente do significado da tarefa do conhecimento.

A partir daí, não constitui pretensão dizer-se que a Filosofia e as Humanidades são o núcleo crítico da Universidade, e a função que devem desempenhar decorre dessa posição. A Universidade existe para realizar a unidade da multiplicidade. Ou isto é apenas um paradoxo e a sobrevivência de épocas pré-científicas, ou existe na Universidade um núcleo teórico, lastreado historicamente pela unidade real do passado, que realiza ou deveria realizar esta tarefa, encarnando, por assim dizer, institucionalmente, a consciência que o sistema tem de si mesmo. Para que isto seja possível, são necessárias duas coisas: primeiro, que a mentalidade universitária se abra para o papel da Filosofia e das Humanidades, reconhecendo a função própria destas áreas e atribuindo-lhes *de fato* o papel que lhes compete. Segundo, que as próprias áreas de Filosofia e Humanidades se livrem da má consciência inerente à imposição histórica acima descrita, assumindo o que de autêntico existe na característica "arcaizante" que as define: a busca do fundamento da experiência intelectual e da atividade teórica na reflexão integradora que desvela para a atualidade as suas próprias raízes.

**FICHA CATALOGRÁFICA**

SILVA, Franklin Leopoldo e. *O Papel Das Humanidades No Contexto Tecnológico*. **Revista da Universidade de São Paulo**. São Paulo, (4): p. 65 – 74, março de 1987.